COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.972, DE 2005

Altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências".

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado SARNEY FILHO

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei oriundo do Senado Federal, de autoria do nobre Senador Teotônio Vilela Filho, que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências", para obrigar o proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água a garantir condições para o exercício da atividade agrícola e pesqueira de forma sustentável, ou conceder compensação financeira por perdas comprovadas, decorrentes da alteração do curso d'água.

Na sua Justificação, o autor afirma que é necessário corrigir injustiça cometida com as comunidades localizadas a jusante das represas, pois a legislação atual garante compensação financeira apenas aos que têm suas terras atingidas pelos reservatórios de água. A agricultura praticada a jusante da represa seria prejudicada pela alteração do curso d'água, bem como a fauna comprometida, dificultando a pesca.

Na Câmara Alta, o projeto foi aprovado em caráter conclusivo na Comissão de Assuntos Sociais.

Encaminhado a esta Casa para a revisão constitucional a que se refere o art. 65 da Constituição, o projeto foi inicialmente apreciado, quanto ao mérito, na Comissão de Minas e Energia, que opinou pela rejeição da proposição.

A seguir, o projeto foi apreciado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a qual concluiu pela aprovação da proposição, com substitutivo que modifica o parágrafo único do art. 36 do Decreto-Lei nº 221/67, para estabelecer que, no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos que alterem cursos d'água, sejam determinados pelo órgão ambiental medidas de minimização ou compensação financeira aos produtores rurais, pescadores e aquicultores prejudicados.

Por último, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural também concluiu pela aprovação do projeto, com substitutivo, que acrescenta a possibilidade das medidas protetivas serem propostas pelos empreendedores, sujeitas à aprovação do órgão ambiental e a imposição de multa em caso de descumprimento das medidas protetivas.

Trata-se de projeto de competência do Plenário, em razão da existência de pareceres divergentes quanto ao mérito (art. 24, II, "g", do Regimento Interno).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.972, de 2005, dos substitutivos aprovados na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, a teor do disposto no art. 32, inc. IV, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A matéria em apreço é da competência legislativa privativa da União (art. 22, IV - CF), cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a mesma, com a sanção do Presidente da República (art. 48 – CF), sendo a iniciativa parlamentar legítima, em face da inexistência de iniciativa privativa de outro Poder.

A proposição original, os substitutivos aprovados na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural obedecem aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afrontam dispositivos de natureza material da Carta Magna.

No que tange à juridicidade, o projeto e os substitutivos aprovados na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural estão em inteira conformidade com o ordenamento jurídico vigente, não havendo qualquer impedimento à aprovação de todos.

Em especial, as proposições estão em consonância com as normas do Direito Civil que disciplinam a responsabilidade civil, contidas no art. 927, *caput*, do Código Civil, segundo a qual aquele que, por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Além disso, conforme o parágrafo único do mesmo artigo, “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”, hipótese em que se insere a atividade de represamento de rios, apta a causar danos àqueles que se encontram próximos ao curso d’água alterado.

Além disso, o decreto-lei alterado encontra-se vigente, razão pela qual mostra-se possível proceder à inclusão de dispositivos pretendida pelo projeto.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer restrição à redação empregada no projeto e no substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, estando ambos de acordo com as regras impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01. Quanto ao substitutivo

aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, faz-se necessário corrigir o art. 2º do mesmo, cujo comando apenas altera o parágrafo único do art. 36 do Decreto-Lei nº 221/67, mas há acréscimo de outros parágrafos.

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.972, de 2005, e do substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, com a subemenda em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado **SARNEY FILHO**
Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE
CIDADANIA**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.972, DE 2005,
APROVADO NA COMISSÃO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO
RURAL**

Altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências".

SUBEMENDA Nº

O art. 2º do substitutivo em epígrafe passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, suprimindo-se o atual parágrafo único:

‘Art. 36.....

.....

§ 1º Sem prejuízo de outras exigências legais, no processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou concessão de represas geradoras de energia elétrica situadas em cursos de água, serão determinadas pelo órgão ambiental competente:

I – medidas de proteção à fauna;

II – medidas de minimização e mitigação dos

impactos causados aos produtores rurais, pescadores e aquicultores situados a jusante do empreendimento, conforme dispuser em regulamento.

§ 2º As medidas citadas nos incisos I e II, poderão ser propostas pelo empreendedor ou concessionário e constarão no estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório - EIA/RIMA ou outro estudo exigido no processo de licenciamento ambiental, estando sujeitas a aprovação do órgão ambiental competente.

§ 3º O descumprimento das medidas citadas nos incisos I e II poderá acarretar multa ao empreendimento de acordo com a lei de crimes ambientais. (NR)''

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado **SARNEY FILHO**
Relator